

POLÍTICAS PÚBLICAS INERENTES À ESCUTA QUALIFICADA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Leticia Ghislotti Araujo¹

Nathália Martins de Paulo Cândido²

Pedro Almeida Forini³

Bettieli Barboza da Silveira⁴

Resumo: Com intuito de compreender a efetividade das políticas públicas inerentes às mulheres em situação de violência, esta pesquisa analisou como a escuta qualificada desta população é realizada nos principais serviços de acolhimento da rede. Para tanto, produziu-se uma revisão sistemática da literatura, norteada pelo protocolo PRISMA, nas bases de dados BVS, Scielo, Lilacs e Pepsic. Aplicados os filtros de seleção e com os dados apreciados por análise temática, resultaram dez artigos, subdivididos em três categorias temáticas: prática profissional acerca da escuta qualificada; relações sociais e políticas públicas, interface com a saúde. Houve dificuldade de busca pela alternância de nomenclatura do termo, variando entre escuta qualificada e escuta significativa. O intervalo temporal utilizado para busca dos artigos percorreu de 2006 até 2022. Os artigos selecionaram possuem predominância de publicação nos últimos quatro anos, origem de escrita do estado de São Paulo e de Goiás. Evidenciou-se que os principais resultados encontrados estão centrados nas temáticas relacionadas a dificuldade de implantação das políticas públicas e sua posterior efetivação, na não articulação em rede dos centros de saúde e, somado a isso, resistências na capacitação de profissionais da área. Por fim, observou-se que os resultados sobre a não formação específica para atuação na escuta qualificada de mulheres em situação de violência potencializa ocorrências de revitimização institucional, pouca sensibilidade e, dificuldade em prestar devido encaminhamento.

Palavras-chaves: Atendimento psicológico; Violência contra a mulher. Violência de Gênero.

PUBLIC POLICIES INHERENT IN QUALIFIED LISTENING TO WOMEN IN SITUATIONS OF VIOLENCE

Abstract: In order to understand the effectiveness of public policies inherent to women in situations of violence, this research analyzed how the qualified listening of this population is carried out in the main reception services of the network. Therefore, a systematic literature review was produced, guided by the PRISMA protocol, in the BVS, Scielo, Lilacs and Pepsic databases. After applying the selection filters

- 1 Estudante de Psicologia, Universidade do Estado de Minas Gerais, e-mail: leticia.1594315@discente.uemg.br
- 2 Estudante de Psicologia, Universidade do Estado de Minas Gerais, e-mail: nathalia.1594140@discente.uemg.br
- 3 Estudante de Psicologia, Universidade do Estado de Minas Gerais, e-mail: pedro.1592846@discente.uemg.br
- 4 Doutora em Psicologia, Professora Adjunta na Universidade do Estado de Minas Gerais, e-mail: bettieli.silveira@uemg.br

and with the data analyzed by thematic analysis, ten articles resulted, subdivided into three thematic categories: professional practice about qualified listening; social relations and public policies, interface with health. There was difficulty in searching for the term nomenclature alternation, varying between qualified listening and meaningful listening. The time interval used to search the articles ran from 2006 to 2022. The articles selected have a predominance of publication in the last four years, origin of writing in the state of São Paulo and Goiás. It was evident that the main results found are centered on themes related to the difficulty of implementing public policies and their subsequent implementation, in the non-articulation in the network of health centers and, added to that, resistance in the training of professionals in the area. Finally, it was observed that the results on the lack of specific training to act in the qualified listening of women in situations of violence potentiates occurrences of institutional re-victimization, little sensitivity and difficulty in providing proper referral.

Keywords: Psychological Support. Qualified Listening. Violence against women.

INTRODUÇÃO

Torturar, espancar, atirar objetos, ameaçar, manipular, perseguir, chantagear, humilhar, estuprar, impedir uso de métodos contraceptivos, controlar o dinheiro e destruir documentos são exemplos de violência contra as mulheres nas suas mais diversas formas. Agressão física, moral, psicológica, sexual e patrimonial ferem a dignidade, os direitos, a saúde e o bem-estar. Mesmo sendo um fenômeno amplo que, de acordo com Romagnoli (2015), se configura como um problema nos âmbitos de saúde pública e social, observa-se que este é pouco compreendido e observado no que tange o acolhimento qualificado dessas mulheres.

Faz-se necessário lembrar das raízes históricas e as diversas lutas que possibilitaram o reconhecimento de direitos civis e políticos para as mulheres, as quais não eram tratadas, durante muitos séculos, de forma igualitária nos âmbitos públicos e privados. Com isso, houve a necessidade de engajamento em movimentos que lutariam contra a discriminação, em prol da igualdade de direitos e da emancipação das mulheres – os movimentos feministas.

No que tange os movimentos feministas no Brasil, segundo Pinto (2010) as primeiras manifestações começam em meio a ditadura militar em 1970, dessa forma, as feministas eram vistas como politicamente e moralmente perigosas. Já na década de 80, com a redemocratização, a autora disserta que o movimento ganha forças e outros grupos se juntam para tratar de temas sobre violência, sexualidade, racismo, entre outros assuntos que realizavam uma interface com a classe popular.

Progressivamente, foram percebidos, cada vez mais, avanços na eliminação e no reconhecimento da discriminação contra as mulheres, tendo um olhar mais social e não apenas privado. Em 1996, a Convenção de Belém do Pará definiu o que seria “violência contra a mulher”, como “qualquer ato ou conduta baseado no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na esfera privada” (BRASIL, 1996, p. 14.471).

Entende-se que para o combate e a prevenção da violência contra a mulher é de notável importância a existência de políticas públicas, pois as mesmas cumprem o papel de “desenvolver, executar e acompanhar ações governamentais destinadas à redução da violência contra as mulheres” (MARTINS et al., p.33).

No Brasil, as políticas públicas com foco nas mulheres são desenvolvidas na esfera federal, estadual e municipal. No âmbito municipal, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Conselho Estadual

dos Direitos da mulher atuam na prevenção e no manejo de casos de violência, a partir do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência e da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a mulher, os quais entraram em vigor em 2011. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 213).

Para que ocorra acolhimento nestes espaços, um atendimento interdisciplinar é importante, de modo a orientar e dar suporte social, jurídico e psicológico. Entretanto, muitas vezes se observa atenção somente à saúde fisio-biológica, ou seja, não contemplando a integralidade do plano previsto. Neste contexto, é necessário que ações para prevenção e manejo destas violências sejam desenvolvidas de forma ampla, reconhecendo que não se trata apenas de políticas públicas que incentivem a denúncia, mas sim da compreensão de que estas mulheres necessitam de um espaço seguro de cuidado, que crie meios para que ela saia do ciclo de violência (PIMENTA, 2011).

Outro importante fator a ser discutido é a capacitação dos profissionais que atuam nos locais previstos para atendimento. Segundo Borsi et al. (2009), observa-se uma grande quantidade de materiais didáticos sobre a violência contra a mulher, com teorias, orientações e treinamentos para os profissionais da área de saúde. Todavia, esta capacitação não é plenamente desenvolvida, fato que deve ser analisado no estudo da efetividade destas políticas, pois, segundo Castro e Silva (2017) a qualificação técnica especializada dos profissionais que atuam no enfrentamento da VCM é essencial.

A violência de gênero tem ampla relevância com o tema supracitado, sendo considerada pela OMS em 1998 como um problema de saúde pública de âmbito mundial. Logo, a Lei Maria da Penha (nº 11.340), promulgada em 2006, é de extrema importância no contexto brasileiro, sendo um marco nas políticas de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006). Considerada um mecanismo para o desenvolvimento da igualdade de gênero, a Lei objetiva reduzir e prevenir a violência contra a mulher a partir de medidas de assistência e proteção, além de prever penas mais rígidas para os agressores. Todavia, entraves para sua total implementação ainda são percebidos (GARCIA et al., 2015).

As políticas públicas têm a intenção de qualificar e aprimorar os atendimentos a mulheres em situação de violência. A visão dos profissionais da saúde acerca da escuta deve ter as seguintes características: ocorrer de forma sigilosa, sem julgamentos, potencializar o protagonismo da mulher, saber acolher e ser sensível ao contexto (ZUCHI et al. 2018). Embora estas sejam previsões básicas, Guedes, et al. (2013) destacam significativos relatos de precários atendimentos recebidos por mulheres ao buscar assistência em algum serviço de saúde, além de não atendimentos e, ademais, falta de sensibilidade dos profissionais da rede.

Para Souza e Silveira (2019), a escuta terapêutica ou qualificada deve proporcionar ao usuário um cuidado total, valorizando o que a pessoa tem a dizer e fazendo com que ela se torne a peça principal de seu próprio relato; isso só ocorre quando o profissional está aberto a uma escuta sensível e sem julgamento, deixando-se atravessar pela conversa. Além do mais, existe uma discrepância entre o que é posto pelas Políticas Públicas e a real necessidade dos atendimentos, tornando difícil o fato de um profissional atender incontáveis pessoas por dia e exercer uma escuta qualificada. Assim sendo, é necessário analisar as políticas públicas vigentes, com particular intenção de compreender o impacto e a efetividade destas, em específico as inerentes à escuta qualificada de mulheres em situação de violência.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou uma abordagem exploratória descritiva que visou analisar os impactos e a

efetividade de políticas públicas inerentes à escuta qualificada de mulheres em situação de violência. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática em artigos dedicados à compreensão dos conceitos supracitados e investigação da efetividade destas políticas. A natureza dos dados produzidos é de abordagem qualitativa, de modo a estabelecer categorias de análise e, em consequente, aprofundá-las em função de seu conteúdo temático.

Para isso, realizou-se a identificação e seleção dos textos nas bases de dados escolhidas, de modo simultâneo, ao buscar artigos que tenham referência aos conceitos de “violência contra a mulher”, “violência de gênero”, “política pública” e “escuta qualificada”. Embora nem todas estas palavras-chave utilizadas constem como descritores na seção de Terminologia da Biblioteca Virtual em Saúde, elas foram selecionadas de acordo com a relevância para este projeto e pela alta frequência em que eram citadas em artigos nacionais com as mesmas temáticas.

Assim, para a busca e identificação dos artigos, as palavras-chave foram pesquisadas em trio, de forma a usar o operador lógico “and” para combinar os quatro termos supracitados. As bases de dados selecionadas para isso foram: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic).

No que se relaciona aos critérios para seleção de produções científicas, os seguintes eixos norteadores foram aplicados: 1) textos em inglês, português e espanhol; 2) ser referentes ao contexto brasileiro; 3) parâmetro cronológico: 2006-2022; 4) tratar de artigos disponibilizados nas bases de dados escolhidas; 5) corresponder aos objetivos e epistemologia do estudo; 6) possuir texto completo disponível na base acessada.

O refinamento do conteúdo foi obtido através de análise de categorias temáticas que foram definidas após o estudo aprofundado do material. Este foi feito em etapas; primeiro fez-se uma busca geral utilizando os descritores propostos, resultando 2200 artigos. Após isso, fez-se uma revisão usando os eixos norteadores, no qual ficaram cerca de 73 artigos. Em seguida, com a remoção das duplicadas e triplicadas, junto a análise dos resumos resultaram em 27 artigos. Por fim, foi feita uma leitura flutuante dos artigos, obtendo o resultado final de 10 artigos.

Concluído esta etapa, foi feita a discussão e o exame dos resultados obtidos, de forma a dissertar sobre a efetividade das políticas públicas e seu impacto na escuta qualificada de mulheres em contexto de violência.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Os resultados encontrados evidenciam que os estudos nessa área têm sido mais trabalhados nos últimos quatro anos, com um total de sete artigos publicados entre os anos de 2018 a 2021, e outros três anteriores a 2017, a mais antiga data de 2009, dentre esses artigos os estados de origem deles são Goiás, Rio Grande do Sul, Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraíba, com predominância de artigos dos estados de São Paulo, 2, e Goiás, 3. Houve dificuldade relacionadas aos termos utilizadas para busca, termos, como, escuta qualificada/significativa tornaram a busca mais escassa, quanto a uso desse descritor.

A partir disso, dez artigos ficaram como correspondentes da pesquisa divididos em três eixos temáticos com intuito de concluir o objetivo de pesquisa, são eles: a) prática profissional acerca da escuta qualificada; b) relações sociais e políticas públicas; c) interfaces com a saúde.

Prática profissional acerca da escuta qualificada

O primeiro tema analisado tem por objetivo entender como é abordada a escuta qualificada e como se desenvolve a prática profissional dentro dos diversos setores da rede de enfrentamento de violência de gênero. Os estudos selecionados estão dispostos na Tabela 1, de modo a contemplar especificidades para facilitar a identificação da pesquisa.

Tabela 1 - Prática profissional acerca da escuta qualificada.

Autores	Título	Ano	Estado
SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo; REZENDE, Fernanda Ferreira	Violência contra mulher: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos	2018	Goiás
ZUCHI, Camila Zanatta et al.	Violência contra as mulheres: concepções de profissionais da estratégia saúde da família acerca da escuta	2018	Rio Grande do Sul
FUSQUINE, Rafaela Serrano; SOUZA, Yasmin Alves de; CHAGAS, Aucely Corrêa Fernandes	Conhecimentos e condutas dos profissionais de saúde sobre a violência contra a mulher	2021	Mato grosso do Sul
SOUTO, Verena Souza; CASTELAR, Marilda	Psicólogas nos serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência	2020	Bahia
VIEIRA, Elisabeth Meloni et al.	Conhecimento e atitudes dos profissionais de saúde em relação à violência de gênero	2009	São Paulo

Fonte: Autoria própria (2022).

Com a intenção de compreender a conduta de profissionais dentro de uma unidade básica de saúde sobre casos de violência contra a mulher Fusquine et al. (2021), aplicaram um questionário com trinta profissionais, voltado tanto para o aspecto pessoal quanto para o de conhecimento geral do assunto. As autoras buscaram averiguar o quão eficaz são as condutas e os conhecimentos dos profissionais sobre o assunto. Os resultados apresentaram ausência de capacitação dos profissionais acerca de uma prática qualificada, sensação de despreparo para esse tipo de atendimento, muitas das práticas partiram de experiências anteriores do cotidiano. Finalizam os apontamentos com forte recomendação para potencializar a capacitação dos profissionais da rede a fim de prover melhor atendimento.

A fim de entender a perspectiva de profissionais sobre a escuta de mulheres que foram vítimas de violência, o estudo de Zuchi et al (2018), realizado de forma qualitativa e em forma de pesquisa participante,

com isso buscaram cerca de 38 profissionais em um Estratégia Saúde da Família para conhecer mais sobre a escuta qualificada relacionado a mulheres vítimas de violência. Por meio de oficinas, os autores Zuchi et al. (2018), realizaram uma sondagem em relação aos profissionais para analisar suas perspectivas sobre o tema e possíveis soluções no decorrer das oficinas foram desenvolvidas atividades que visam não só analisar o conhecimento, mas também desenvolver uma visão mais crítica e apurada sobre o assunto. Dessa forma, segundo Zuchi et al. (2018) ficou concluído que o ambiente deve estar preparado para o acolhimento dessas demandas, por isso é necessária uma qualificação mais prática sobre o assunto dentro do ambiente da saúde que se aproxime da escuta qualificada.

O artigo de Souza e Rezende (2018) buscou entender como ocorre a percepções de profissionais da saúde acerca do tema, violência contra a mulher, visto que essa temática ocorre devido a desigualdade de gênero, além de existir um déficit na formação com foco em violências e como acolher. Segundo Souza e Rezende (2018), por meio de um estudo qualitativo foram selecionados 9 participantes para serem entrevistados, usando como modelo a entrevista semiestruturada, como parte desta, foram abordados assunto como informações sobre o entrevistado, formação/atuação e percepções sobre a violência contra a mulher. Assim as autoras Souza e Rezende (2018), concluíram que sobre a temática existem muitas falhas e pontos a serem aperfeiçoados, visto que não há uma capacitação especializada na área.

Souto e Castelar (2020) buscaram mapear em seu artigo várias nuances no que tange a atuação e a presença de psicólogas na rede de atendimento as mulheres vítimas de violência. Dentre elas, pode-se destacar variáveis que não corroboram com prosseguimento do atendimento a vítima, além de enfatizar a importância de melhor formulação de estratégias para efetivação de políticas de enfrentamento atendendo às diretrizes relativas. Dentre os resultados e discussões tecidas por Souto e Castelar (2020), no estado da Bahia há uma baixa quantidade de psicólogos que realizam serviços direcionados a mulheres em situação de violência. Os autores apreciam que este fato converge em não haver quantitativo de profissionais especializados suficientes para atender essas mulheres, percepção corroborada com o artigo de Souza e Rezende (2018).

Relações sociais e Políticas Públicas

A segunda categoria é composta por três artigos, tendo como objetivo averiguar a eficiência de políticas públicas relacionadas a violência contra a mulher, de forma a entender, a partir disso, a influência destas nas relações sociais. A tabela 2 mostra as informações referentes a cada texto utilizado, de forma a ajudar na visualização.

Tabela 2 - Relações Sociais e Políticas Públicas.

Autores	Título	Ano	Estado
Souza, T. M. C. Santana, F. R. M. Martins, T. F.	Violência contra mulher, polícia civil e políticas públicas	2018	Goiás
Souza, T. M. C., & Sousa, Y. L. R.	Políticas Públicas e violência contra a mulher: a realidade do sudoeste goiano	2015	Goiás
Bigliardi, A. M. Antunes, M. C. Wanderbroocke, A. C. N. S.	O impacto das políticas públicas no enfrentamento à violência contra a mulher: implicações para a Psicologia Social Comunitária	2016	São Paulo

Fonte: Autoria própria (2022).

Por meio de entrevistas semiestruturadas, as autoras Souza et al. (2018) tiveram como foco de pesquisa o entendimento das concepções de policiais civis alocados em uma Dean (Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher) do interior de Goiás sobre a temática da violência contra a mulher, bem como investigar quais eram as intervenções profissionais utilizadas para acolhimento de mulheres em contexto de abuso e violência.

Através de uma perspectiva qualitativa, a análise de conteúdo realizada por Souza, Santana e Martins (2018) constatou que, apesar da Lei Maria da Penha (2006) estar em vigor há mais de 15 anos, os policiais demonstraram conhecimento superficial sobre esta e suas diretrizes, além de limitações no entendimento dos elementos socioculturais e psicológicos que possibilitam a manutenção da violência de gênero. Percebeu-se falta de implantação e efetivação das políticas públicas relacionadas a VCM, pois há uma carência de lugares que ofereçam abrigo para mulheres ameaçadas de morte por seus parceiros, além da falta de psicólogos especializados nesta temática. Visto isso, para as autoras, o trabalho dos policiais fica prejudicado, pois estes não têm suporte necessário para o acolhimento das mulheres em situações de vulnerabilidade.

A pesquisa de Souza e Sousa (2015) teve como objetivo investigar a implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher em instituições de Assistência Social, como os Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e em Segurança Pública, como a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. Esta pesquisa concentrou-se em três municípios do sudoeste de Goiás.

Para a coleta de dados, Souza e Sousa (2015) realizaram entrevistas semiestruturadas, as quais constataram que, na região analisada, as políticas de enfrentamento à VCM ainda não estão devidamente implementadas, de forma a dificultar o trabalho adequado dos profissionais deste campo. Além disso, em

resultado convergente com Souza, Santana e Martins (2018), o resultado mostrou que há escassez em teorias e técnicas que norteiem a atuação do psicólogo no acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade. Somado a isso, percebeu-se que as políticas de prevenção e enfrentamento e as práticas não se articulam de forma eficiente, porque as medidas já existentes não são bem implantadas (SOUZA e SOUSA, 2015).

O estudo de Bigliardi e Wanderbroocke (2016) se dedicou a se configurar como uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo como foco a análise crítica dos impactos de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher na redução dos índices de violência. Assim, após a coleta das informações, concluiu-se que, para que ocorra a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher, é necessário trabalhar na conscientização dos indivíduos, das famílias das vítimas, na comunidade e na sociedade em geral, para que a partir disso se construa novas regras e valores que possibilitariam a diminuição destes índices.

Para Bigliardi e Wanderbroocke (2016) foi notória a necessidade de incorporar as questões de gênero durante a construção das políticas públicas de educação, saúde, assistência social e de segurança pública, além de integrar o conhecimento produzido deste tema nas diversas ciências, de forma que os valores da cultura patriarcal possam ser desconstruídos em todos os espaços sociais onde a violência contra a mulher é legitimada, construída e naturalizada. Desse modo, será favorecido a construção de interações humanas que não virão a violar os direitos femininos.

Interfaces com a saúde

A terceira categoria é composta por dois artigos que são direcionados ao entendimento da violência contra as mulheres no âmbito da saúde pública. Sendo assim, a tabela 3 tem como objetivo a ilustração do conteúdo utilizado para a construção da discussão.

Tabela 3 – Interfaces com a saúde

Autores	Título	Ano	Estado
TEIXEIRA, Julia Magna da Silva; PAIVA, Sabrina Pereira.	Violência contra a mulher e adoecimento mental: Percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial.	2021	Minas Gerais
SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima	Violência de gênero entre usuárias do serviço de atenção básica do SUS na Paraíba.	2020	Paraíba

Fonte: Autoria própria (2022).

De modo a entender quais são as práticas e as percepções sobre a temática de “violência contra as mulheres” das pessoas que trabalham em diversas áreas (entre eles médica, psicólogos, psicólogas, assistentes

sociais, técnicos e técnicas de enfermagem) no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), as autoras Teixeira e Paiva (2021) realizaram entrevistas semiestruturadas com estes 10 profissionais. As entrevistas resultaram em 4 eixos.

Cada eixo relatava sobre sua problemática, dessa forma, pode-se analisar diversas percepções e práticas acerca do tema. Nas entrevistas realizadas pelas autoras Teixeira e Paiva (2021), nota-se que existe uma forma de culpabilizar a mulher que gera uma atitude passiva dos profissionais. Além disso, três dos profissionais entrevistados não identificam relação entre violência e adoecimento mental, os outros sete veem esta relação, porém, não a compreendem como um evento no presente e sim como uma consequência acarretada no passado, Teixeira e Paiva (2021). Através do que foi investigado concluiu-se que é necessário um maior estudo e uma maior intervenção dos profissionais para, dessa forma, oferecer um cuidado integral para as vítimas de violência.

No segundo artigo, a autora Santiago (2020) buscou analisar os atendimentos as usuárias vítimas de violência nos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e das Unidades de Saúde da Família (USF). Foram pesquisadas 600 mulheres e 21 profissionais da área da saúde. Dentre as quatro cidades pesquisadas (Cajazeiras, Campina Grande, Patos e João Pessoa), houve uma baixa interlocução com a USF, com exceção de Campina Grande. Dessa forma, concluiu-se que, quando as mulheres procuram ajudas institucionais, acessam mais as Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres.

Buscou-se também realizar um levantamento dos marcadores sociais que perpassam pelas mulheres vítimas de violência. E, corroborando com Teixeira e Paiva (2021), Santiago (2020) diz que é necessário ter um olhar mais amplo por toda desigualdade tanto social quanto estrutural que perpassa a vida dessas mulheres vítimas de violência. Pois, de forma majoritária, as usuárias possuem baixo poder aquisitivo, não possuíam emprego e não chegaram a realizar a conclusão do Ensino Médio, Santiago (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se compreender o impacto e a efetividade de políticas públicas inerentes à escuta qualificada de mulheres em situação de violência, pois esta temática possui grande relevância no contexto atual e importância social. Visto isso, buscou-se entender como o trabalho de profissionais é realizado dentro dos locais onde há a necessidade de uma escuta qualificada. Para isso, o método utilizado no estudo foi a revisão sistemática, tendo como base o modelo PRISMA, visando o cumprimento dos objetivos.

Desse modo, ao pesquisar as políticas públicas inerentes à escuta qualificada desta população, notou-se que essa demanda é muito comum dentro dos locais de saúde, visto que mulheres que sofreram violências chegam a esses locais com intenção de buscar ajuda. Contudo, os profissionais muitas vezes não são especializados ou preparados para tal demanda, por conta disso, frequentemente possuem obstáculos em atender a estas, não sabendo como maneja-las de forma coesa. Além do mais, existe uma dificuldade dos profissionais em geral com esse assunto, pois é pouco trabalhado nas graduações e em especializações, sendo a experiência advinda de um contato inicial o único mecanismo para aprendizagem e manejo destes casos.

É notório que há grandes dificuldades de efetivação das políticas públicas, devido a problemas na implementação, principalmente no que tange a escuta qualificada ou especialização de profissionais. Por fim, torna-se necessário melhorias na implantação e efetivação das políticas públicas, de forma que estas sejam aplicadas nas diversas instituições, para que assim o acolhimento e a escuta de mulheres em situação de

violência sejam qualificados. Para isso, entende-se a necessidade de maior aprofundamento nessa temática, pois através da revisão foi encontrado poucos artigos que abarquem todas as questões aqui propostas, de forma a observar uma dificuldade na procura de artigos mais recentes. A partir disso, novos projetos relacionados a esse tema são necessários, para que ocorra maior discussão a respeito da efetividade destas políticas, visando um acolhimento mais significativo para mulheres em situação de violência.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. M.; DALTOSO, D.; FERRANTE, F. G. F.; NAKADO, A. M. S.; PERDONA, G. C. S.; SANTOS, M. A.; VIEIRA, E. M. Conhecimento e atitudes dos profissionais de saúde em relação à violência de gênero. **Revista Bras. Epidemiol.**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 4, p. 566-577, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/sMnyxHCSYRDsmRMQZprLWqd/>>. Acesso em: 24/01/2022.
- BELARMINO, V. H. et al. Reflexões sobre Práticas e Cotidiano Institucional na Rede de Proteção à Mulher. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2020, v. 40 [acessado 26 Janeiro 2022]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003200160>>. Acesso em: 12/01/2022.
- BIGLIARDI, A. M.; ANTUNES, M. C.; WANDERBROOKE, A. C. N. S. O impacto das políticas públicas no enfrentamento à violência contra a mulher: implicações para a Psicologia Social Comunitária. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 36, n. 91, p. 262-285, jul. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2016000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26/01/2022.
- BRASIL, **Lei Maria da Penha** nº 11.340, 7 de agosto de 2006. D.O.U. 08/08/2006.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**: princípios e diretrizes. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília, 2004.
- BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**, Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República. 2011.
- Conselho Federal de Psicologia (CFP). **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em programas de Atenção à Mulher em situação de Violência**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/05/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas.pdf>>. Acesso em: 20 /01/2022.
- CORDEIRO, N.; Ação governamental e direitos das mulheres: abrigo para mulheres ameaçadas de morte no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política** [online], Brasília, n. 23, p. 259-294, agosto, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/K3gMq55ghXtH49rJmsNY43N/?format=html>>. Acessado em: 26/01/2022.
- D'OLIVEIRA, A. F. P. L., & SCHRAIBER, L. B. Mulheres em situação de violência: entre rotas críticas e redes intersetoriais de atenção. **Revista De Medicina**, v. 92, n. 2, p. 134-140, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v92i2p134-140>>. Acesso em: 26/01/2022.
- FUSQUINE, R. S.; SOUZA, Y. A.; CHAGAS, A. C. F. Conhecimentos e condutas dos profissionais de saúde sobre a violência contra a mulher. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 113-124, 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2021000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19/06/2022.
- GUARINI, CF; DA SILVA, RB. A violência contra mulher e a psicologia diante dessa realidade na perspectiva da atenção básica. **Revista Mosaico**. Jan/Jun.; v. 10, n. 1, p. 79-87, 2019.

- GUEDES, R. N.; FONSECA, R. M. G. S.; EGRY, E. Y. Limites e possibilidades avaliativas da estratégia saúde da família para a violência de gênero. **Revista da Escola de Enfermagem da USP** [online]. 2013, v. 47, n. 2. p. 304-311. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0080-62342013000200005>>. Acesso em: 19/06/2022.
- MARTINS, A. P. A.; CERQUEIRA, D.; MATOS, M. V. M. A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil (versão preliminar). **Nota Técnica n. 13**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5711/1/NT_n13_Intitucionalizacao-politicas-publicas_Diest_2015-mar.pdf>. Acesso em: 14/07/2022.
- MINAYO, M. C. S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. INSTITUTO SÍRIO-LIBANÊS DE ENSINO E PESQUISA. **Protocolos da Atenção Básica - Saúde das mulheres**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo_saude_mulher.pdf>. Acesso em: 11/07/2022.
- OLIVEIRA, A. P. G.; CAVALCANTI, V. R. S. Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.** [online]. 2007, v. 17, n. 1, p. 39-51. Disponível em: não <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v17n1/04.pdf>>. Acesso em: 14 /07/2022.
- PIMENTA, J. C. **Violência Contra Mulher: Um desafio para a atenção básica à saúde**. Universidade Federal de Minas Gerais. Governador Valadares, 2011. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/3829.pdf>>. Acesso em: 11/07/2022.
- PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**. v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>>. Acesso em: 13/06/2022.
- REZENDE, F. F.; SOUZA, T. M. C. Violência contra a mulher: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 21-38, agosto, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072018000200003>. Acesso em: 20/06/2022.
- Romagnoli, R. C. (2015). A violência contra a mulher em Montes Claros. **Barbarói**, v. 43, n. 1, p. 27-47. Disponível em: <<https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.4815>>. Acesso em: 21/01/2022.
- SANTIAGO, I. M. F. L. Violência de gênero entre usuárias do serviço de atenção básica do SUS na Paraíba. **Revista Katálysis**. v. 24, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e78038>>. Acesso em: 12 /01/2022.
- SOUZA, Y. L. R.; SOUZA, T. M. C. Políticas Públicas e Violência contra a mulher: a realidade do sudoeste goiano. **Revista da SPAGESP**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 59-74, setembro, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000200006>. Acesso em: 19/01/2022
- SOUZA, T. M. C.; SANTANA, F. R.; MARTINS, T. F. Violência contra a mulher, polícia civil e políticas públicas. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, p: 1-13, outubro-dezembro de 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082018000400003>. Acesso em: 20/01/2022.
- TEIXEIRA, J. M. S; PAIVA, S. P. **Violência contra a mulher e adoecimento mental: Percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial**. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** 2021, v. 31, n. 02. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310214>>. Acesso em: 19/01/2022.
- ZUCHI, C. Z. et al. Violência contra as mulheres: concepções de profissionais da Estratégia Saúde da Família acerca da escuta. **Remê: Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 22, p. 1-9, 2018.